

## O FREQUENTE (\*)

Vimos Aristóteles condenar como insuficiente, do ponto de vista científico, todo conhecimento que, conhecendo, embora, pertencer um atributo à totalidade de um sujeito (*κατὰ παντός*), não o apreende segundo a essência e a forma. Se com tanta insistência, porém, repete o filósofo sua exigência de um saber científico rigoroso e recusa qualificar como científico quanto conhecimento não preencha todos aqueles requisitos com tanto empenho enumerados, torna-se-nos imperioso perguntar como haverão de interpretar-se os diversos textos em que nos aparece a ciência, não apenas como um saber do necessário e universal, mas, também, como conhecimento do que não ocorre senão na maior parte das vezes (*ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*), isto é, do **frequente**? Diz-nos, com efeito, a Metafísica que “toda ciência é ou do eterno (*τὸ ἄει*) ou do frequente (*τὸ ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*)” (-1-). E os mesmos Segundos Analíticos, que encerram a rigorosa doutrina da ciência que viemos estudando, ao expor-nos que não pode haver ciência demonstrativa de quanto provém da sorte (*ἀπὸ τύχης*) (-2-), como procedem, senão argumentando com o fato de não ser necessário **nem frequente** o que da sorte procede? E acrescentam: “Ora, a demonstração concerne uma dessas duas coisas” (-3-). Premissas e conclusão do s’logismo-científico serão, de fato, umas e outra, ou necessárias ou frequentes, a conclusão acompanhado a natureza das premissas (-4-). E os princípios imediatos de uma demonstração do frequente serão, igualmente, frequentes (-5-). Também o acidente será

(\*) — O texto aqui inserido é o 4º parágrafo do cap. III da tese de doutoramento de Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva, “A noção aristotélica de Ciência”, defendida em 1967 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e infelizmente inédita até hoje.

Uma leitura rigorosa dos textos expressa num estilo de interpretação que por vezes se pretende rigorismo confere a este trabalho acadêmico um valor seguro para a historiografia aristotélica publicada em qualquer língua. O prof. Porchat prepara há anos um trabalho sobre a “Crítica da razão especulativa na Grécia clássica” — e atualmente estagia nos Estados Unidos, na Universidade de Berkeley, prosseguindo estudos de lógica matemática sob orientação de Benson Mates (Nota dos editôres).

(1) — Met. E, 2, 1027 a 20-21; cf., também K, 8, 1065; a 4-5, que repete, literalmente, a mesma afirmação.

(2) — Cf. Seg. I 30 (todo o capítulo).

(3) — Ibid., 37 b21-22.

(4) — Cf., *ibid.*, I, 22-25. Cf., também, no mesmo sentido, Ret. I, 2, 1357 a 27-30.

(5) — Cf. Seg. Anal. II, 12, 96 a8-19.

caracterizado pela Metafísica, não somente por oposição ao necessário, mas, também, ao freqüente: é aquilo que, pertencendo a um sujeito, nem lhe pertence por necessidade, entretanto, **nem na maior parte das vèzes** (- 6 -). Será um acidente, por exemplo, o frio, durante a canícula, em que o tempo quente e sêco é **freqüente** (- 7 -).

Natural é, pois, que nos ocorra perguntar como pode a teoria aristotélica da ciência, sem incorrer em contradição, reservar um lugar para o *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*, mediante o que, à primeira vista, se configura como uma estranha concessão ao mundo da contingência? Pois o que é “no mais das vèzes”, não sendo sem-nem necessariamente, não pode, também, **ser de outra maneira?** Mas sabemos que o *ἐνδεχόμενον ἄλλως εἶχειν* é objeto de opinião e não, de ciência, uma vez que se não concebe uma ciência que possa transformar-se, pela instabilidade de seu objeto, capaz de ser e de não ser, em conhecimento falso e ignorância (- 8 -). Compreenderemos, por certo, sem dificuldade, que a noção de *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* vem permitir ao conhecimento físico de nosso mundo sublunar (- 9 -) transformar-se em ciência, se recordamos a polêmica aristotélica contra os que postulam uma necessidade absoluta para os eventos naturais (10), sua teoria do acaso natural (*τὸ ἀτόματον*) (11), sua constante doutrina de que “tôdas as coisas que se produzem naturalmente produzem-se ou sempre da mesma maneira ou na maior parte das vèzes (*ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*)” (12). E não nos adverte o tratado das Partes dos Animais sôbre a impossibilidade de reduzir ao eterno a necessidade das demonstrações que concernem ao que se produz naturalmente (13)? Se a noção de *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* se destina, então, ao que tudo indica, a de algum modo salvar, contra Platão, o devir para a ciência, não nos será, também, necessário confessar, entretanto, — que o filósofo o consegue ao preço de uma contradição ou, ao menos, de uma grande obscuridade? E os silogismos de uma tal ciência da natureza pareceriam assimilar-se aos entímemes retóricos, a maioria dos quais concernem ao simples freqüente

(6) — Cf. Met. A, 30, 1025 a14-16; E, 2, 1026 b31-33; K, 8, 1065 a1-3; acima, n.º 39 dêste capítulo.

(7) — Cf. Met. E, 2, 1026 b33-35.

(8) — Cf., acima, pp. 5-6.

(9) — Para a distinção, tornada famosa, entre o sublunar e o supralunar, cf. Meteor. I, 3, 340 b6-7; 4, 342 a 30.

(10) — Cf. Fís. II 8-9.

(11) — Que Aristóteles expõe, juntamente com o problema da sorte (*τύχη*), em Fís. II, 4-6.

(12) — Ger. e Per. II, 6, 333 b4-6; cf., também, Fís. II, 5, com., 196 b10-11; 8, 198 b34-36; etc.

(13) — Cf. Part. Anim. I, 1, 639 b30 seq.

(ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ) (14); o que é o “provável” (εἰκός) da retórica se não o que se produz na maior parte das vèzes (15)?

Compreendemos, então, que se possa ter falado dessa “estranha noção de ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ”, em Aristóteles (16), que se tenha tomado a “curiosa noção de ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ” (17), como uma das significações que, obscuramente, o universal aristotélico assume, evidenciando a profunda hesitação do filósofo sôbre o papel da repetição, da enumeração na constituição da ciência” (18), que o leva, malgrado a rigorosa doutrina dos Analíticos, a conceder que “a ciência não consiste sômente em penetrar razões necessárias” (19). E fica-nos claro, também, como se pôde dizer que as fronteiras entre a ἐπιστήμη e a δόξα permanecem mal definidas, no aristotelismo, encontrando-se, no fato de a distinção estabelecida pelo filósofo entre o necessário e o contingente dizer, também, respeito ao objeto material, “a fonte das obscuridades que sua doutrina encerra” (20). Busquemos, no entanto, antes de postular o caráter insolúvel da aporia, examinar mais de perto o ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ aristotélico. Porque nada nos garante que a aporia não seja mais aparente que real, se é certo que a mesma menção, nos Segundos Analíticos, do freqüente, ao lado do necessário, como objeto de ciência, pode, também, sugerir-nos que não viu, nisso, o filósofo uma dificuldade qualquer de ordem doutrinária. Todo o problema consiste, precisamente, em esclarecer qual a exata natureza das relações a necessidade, a contigência e a “freqüência”, no pensamento de Aristóteles.

Ora, ao tratar da questão do ser, como acidente, expõe-nos a Metafísica (21) que, como alguns sêres são sempre e necessariamente e outros são, não necessariamente nem sempre, mas na maior parte das vèzes (ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ), “êste é o princípio e esta, a causa de haver acidente” (22), já que dizemos acidente o que não é sempre nem no mais das vèzes. Que haja acidentes, então, não é mais do que uma consequência necessária de nem tudo ser ou devir de modo necessário e sempre, mas de a maioria, mesmo, das coisas, no mundo que nos cerca, dar-se apenas ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ (23). Se atentamos bem no que nos diz o texto, perce-

(14) — Cf. Ret. I, 2, 1357 a30-32\*

(15) — Cf., *ibid.*, I, 34; Prim. Anal. II, 27, com., 70 a2-6.

(16) — Cf. Hamelin, Le système d'Aristote, p. 126.

(17) — Cf. Le Blond, Logique et Méthode ..., p. 79.

(18) — Cf. Le Blond, Logique et Méthode ..., p. 83.

(19) — Cf., *ibid.*, p. 80.

(20) — Cf. S. Mansion Le Jugement d'existence..., p. 123.

(21) — Cf. Met. E, 2, 1026 b27 seg.

(22) — *Ibid.*, I.30-31.

(23) — Cf., *ibid.*, 1027 a8-13.

cebemos, pois, que o acidente é posto **conjuntamente** ao necessário e ao freqüente, isto é, que se associa o freqüente ao necessário, quando se considera a ocorrência de eventos fortuitos. Por outro lado, não se invoca, como explicação do acidente, uma mera ausência de necessidade, mas uma **substituição** do freqüente ao necessário, no que diz respeito à maioria das coisas no mundo do devir. Se “freqüente” e acidente ocupam completamente o lugar deixado vago pela ausência do necessário e do eterno, vemos, também, que é a “freqüência”, por assim dizer, que “faz as vêzes” de uma necessidade que não se verifica. E a seqüência do texto (24) vai esclarecer-nos que a matéria — é a causa de assim substituir-se a freqüência à necessidade e de sugerir, por conseguinte, o acidente. Já conhecíamos a matéria como capaz de ser e de não ser (25), mas nosso texto descrevê-la-á, agora, como “capaz de ser de outra maneira que não como é no mais das vêzes” (26). Assim, o poder-ser-de-outra maneira da matéria, por que se caracteriza a contigência, vem, em nosso texto, explicar o acidente e **não pròpriamente, o freqüente**: poder ser de outra maneira é poder ser diferente do freqüente, explicando, não por que ocorre o freqüente, mas por que não é senão freqüente e não é sempre que ocorre.

Se, num certo sentido, portanto, é correto dizer que o “freqüente”, pelo fato, mesmo, de não ser necessário, é sòmente um **possível**, não o diremos no mesmo sentido em que o dizemos dos eventos acidentais, por que a matéria é reponsável. Distinção de sentidos que se impõe que os Primeiros Analíticos nos propõem explícitamente, ao mostrar-nos (27) que se diz ἐνδέχεται (ser possível) em duas acepções, o ἐνδύχόμενον (literalmente: o **possível**) designando, segundo a primeira delas (28), o que se dá na maior parte das vêzes (ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ), ao falhar o necessário (διαλείπειν τὸ ἀναγκαῖον), como, para o homem, o enacer, o crescer ou o deperecer e, em geral, o que pertence naturalmente a uma coisa (τὸ πεδνηὸς ἰπάχειν (29). e, num segundo sentido (30), designando “o inderteminado (ἀόριστον), o que é capaz de ser tanto assim como não assim”, como, por exemplo, para um animal, o caminhar ou o haver um terremoto, quan-

(24) — Cf. Met. E, 2, 1027 a13-15.

(25) — Cf., acima, p. 5 e n. 26. E, como diz Met. Z, 7, 1032 a2022: “Tódas as coisas que se produzem ou pela natureza ou pela arte tem matéria; de fato cada uma delas é capaz tanto de ser como de não ser e isto é a matéria em cada uma”.

(26) — Met. E, 2, 1027 a14-15: ἐνδεγούνην παρὰ τὸ ὅς ἐπὶ τὸ πολὺ ἄλλως

(27) — Cf. Prim. Anal. I, 13, 32 b4 seg.

(28) — Cf., ibid., 1, 5-10.

(29) — Cf., ibid., 1, 7-8; cf., também, 3, 25 b14-15.

(30) — Cf. Prim. Anal. I, 13, 32 b10-13.

do caminha, e, em geral, o que provém do acaso, não sendo mais natural que tal fato ocorra e não, o seu contrário. E acrescenta o texto que não há ciência e silogismo demonstrativo dos possíveis inderteminados, dada a instabilidade do termo médio, enquanto os há dos possíveis naturais, sôbre que se produzem argumentos e pesquisas (31). Como podemos, imediatamente, verificar, confirmam-se os resultados de nossa análise, de há pouco, do texto da Metafísica. Acidente aqui identificado aos resultados inderteminados que provém do acaso (32) — e freqüente explicam-se como duas significações — distintas e inconfundíveis do possível (*ἐνδεχόμενον*) (33) e torna-se-nos manifesto que, aos olhos de Aristóteles, **não se confunde o freqüente com o contingente**, o que pode ser de outra maneira (*ἐνδεχόμενον ἄλλως εἶναι*), o que é capaz de ser e de não ser (*δυνατὸν καὶ εἶναι καὶ μὴ εἶναι*) (34). O freqüente é o que provém da φύσις, um necessário falho, por certo, mas não menos que um necessário estorvado e impedido. É a demonstração, por isso, que lhe diz respeito e não, a lógica da contingência, com suas premissas e conclusões “problemáticas” (35).

O tratado da Interpretação já distinguira (36), dentre as coisas que não são nem devem ser por necessidades, as que se

- (31) — Cf. Prim. Anal. I, 13, 32 b18 seg.
- (32) — É freqüente esta identificação atribuindo-se ao acaso tudo quanto não é necessário nem freqüente cf. Seg. Anal. I, 30, 87 b20-21; Ger. e Per. II, 6, 333 b6-7. Mas, em sentido rigoroso, explica-nos a Física que só se falará em sorte e, quando a natureza — ou a inteligência — opera segundo uma causalidade accidental (cf. Fis. II 6, 198 a5-7), isto é, quando algo se dá teleologicamente, por acidente, cf. Fis. II, 5, 196 b21 seg.; 8, 199 b18 seg., etc.). Quanto à diferença entre sorte (τύχη) e acaso (αὐτόματον), veja-se todo o capítulo 6 de Fis. II, lembrando embora que Aristóteles também usa, com freqüência, τύχη em sentido amplo, englobando os eventos naturais que se devem ao acaso.
- (33) — Em Prim. Anal. I, 13, Aristóteles estendera, ainda mais amplamente, o uso de ἐνδεχόμενον, na medida em que, também o mesmo necessário (ἀναγκαῖον) pode legitimamente dizer-se possível, cf. 25 a 37 seg.
- (34) — Com efeito, se, de acôrdo com a maioria dos autores, entendemos por contingente o que pode ser de outra maneira (*ἐνδεχόμενον ἄλλως εἶναι*), não podemos dizer contingente o freqüente, pelas razões que vimos. Eis porque traduzimos ἐνδεχόμενον, que engloba o freqüente e o fortuito e indeterminado, por “possível” e não, for “contingente”, como quase todos (por exemplo: Ross, Collé, Tricot, etc.) traduzem, ao que cremos, por não ter devidamente apreendido a exata natureza do ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ aristotélico. Eis, também, porque não podemos aceitar a engenhosa interpretação de Régis (cf. L'opinion selon Aristote. pp. 93 seg.), para quem “1” ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ est formellement le contingent pour Aristote (Ibid. p. 95) e é objeto próprio da opinião (cf. Ibid., p. 106), não ocupando-se dêle a ciência senão na medida em que o sábio intencionalmente, o considera sob um “aspect partiel, incomplet, qui ramène l' ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ à l' ἀναγκαῖον par une sorte d'abstraction” (Ibid., p. 105).
- (35) — Como nota Ross (cf. nota ad Prim. Anal. I, 13, 32 b4-22), “it should be noted that the distinction (subent.: entre as duas acepções de ἐνδεχόμενον) plays no part in his general doctrine of the logic of contingency, as it is developed in chs. 13-22”, isto é, todo o estudo do silogismo problemático não concerne ao possível enquanto freqüente.
- (36) — Cf Da Int. 9, 19 a 18-22.

produzem ocasionalmente (e sobre as quais não é mais verdadeira a afirmação antecipada que a negação) e aquelas que, preferencialmente e no mais das vezes (*ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*), se produzem numa determinada direção, ainda que lhes seja possível ocorrer em sentido contrário. Tais são, como sabemos, os seres da natureza (37), que, em si mesmos, têm um certo princípio o qual, por um contínuo movimento, os conduz a um fim (*τέλος*) determinado: a partir de um tal princípio, nêles tem lugar, não, por certo, a consecução invariável de um mesmo resultado, nem um resultado ocasional, mas um tender a um mesmo fim, se não sobrevém algum impedimento (*ἀν μὴ αἰ ἐμποδίσῃ*) (38). E, com efeito “nos seres físicos, as coisas se passam sempre da mesma maneira, se não sobrevém algum impedimento” (39). Nem se falará em acidente ou acaso, quando se produzem as coisas sempre ou no mais das vezes (40).

E de onde provém aquêlo impedimento, senão da matéria, capaz de ser e de não ser? É que sua indeterminação (*ἀοριστία*) permite que princípios e causas estranhas venham efetivamente estorvar o processo natural do devir e perecer, levando as coisas a se comportarem de modo contrário à natureza (*παρὰ φύσιν*) (41). Mas, por outro lado, não se deve a regularidade com que atingem *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* seu termo final os processos naturais senão à essência de cada coisa (42): “dos seres naturais é causa o ser de uma determinada maneira e esta é a natureza (*φύσις*) de cada coisa” (43). Em substituição à necessidade — absoluta dos seres eternos, o mundo físico sublunar exhibe uma forma de necessidade, a necessidade hipotética (*ἐξ ὑποθέσεως*) (44), necessidade da matéria ou causa material, enquanto condição sem cuja indispensável cooperação não chega a bom termo o devir natural nem se concretiza a presença atuante da forma. Assim como ocorre no domínio da técnica e da *τεχνη* humana — para que haja, por exemplo, uma casa, necessitam-se telhas

(37) — Cf., acima, p. 114 e n.º 188.

(38) — Cf. *Fís. II*, 8, 199 b15-18. Cf., também, *Part. Anim. I*, 1, 641 b23-25. O finalismo da física aristotélica configura-se, assim, como um recusa do determinismo da necessidade absoluta, reconhecendo uma tendência ao fim que, bem sucedida “no mais das vezes”, também é, por vezes, obstada pela interferência de causalidades acidentais e estranhas ao processo natural.

(39) — *Fís. II*, 8, 199 b25-26.

(40) — Cf., *ibid.*, I, 4-25.

(41) — Cf. *Ger. Anim. IV*, 10, 778 a4-9.

(42) — Cf. *Ger. e Per. II*, 6, 333 b7 seg.

(43) — *Ibid.*, I, 16-18.

(44) — Cf. *Fís. II*, 7, 200 a14 (veja-se o capítulo todo); *Part. Anim. I*, 1, 635 b23 seg. E' a forma de necessidade a que aludia Aristóteles em *Met. Δ*, 5, 1015 a20-26, cf., acima, p. 7 e n.º 41.

e tijolos, sem os quais não haverá casa, ainda que não seja em virtude dêles que tenha lugar o fim, a não ser como matéria (45) assim, também, nos seres e eventos físicos, — ainda que não necessite a matéria, o fim necessita a matéria: tais e tais coisas hão de, necessariamente, dar-se, para que o fim tenha lugar e, se não advém êle por elas, tampouco sem elas (46). *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*, visto sob tal prisma, não é senão o testemunho da atuação, no mundo físico, dessa outra forma de necessidade.

Mas, se a matéria aristotélica, como a do *Timeu* (47), — não se deixa persuadir inteiramente, como explicar, então, que não leva a melhor e que a forma e o fim prevaleçam, em que pese à sua má vontade? Em outras palavras, como se dá que, malgrado a eventualidade, sempre presente, de a necessidade material opor impedimento eficaz aos processos da natureza, se comportem os seres naturais, *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*, da mesma maneira? É que o Céu é um Todo único (48) e que a completação do Céu todo, envolvendo o tempo inteiro e a infinidade, é uma duração imortal e divina (49), a que, também, se suspendem o ser e a vida de todos os seres que se não situam além de seu movimento mais exterior (50). Por isso mesmo, uma necessidade absoluta encadeia o devir e o movimento, os quais, no mundo sublunar, irão imitar, sob a forma de uma cíclica e necessária repetição, que devem ao fato de, em última análise, decorrerem da revolução eterna e circular do Céu, a permanência da eterno, que lhes — falta (51). E essa geração circular, nós a temos manifesta, seja nas transformações com que os elementos se vão uns aos outros, recíprocamente, produzindo, segundo uma ordem constante, seja na infinda repetição das coisas individuais, engendrando-se, continuamente, na identidade específica das manifestações distintas das mesmas formas, que a matéria individual — (52). Assim integrado na harmonia da unidade celeste, está assegurado o mundo da geração contra os desmandos da matéria: poderá esta, ocasionalmente, interferir de modo a obstar os proces-

(45) — Cf. *Fís.* II, 9, 200 a24 seg.; *Part. Anim.* I, 1, 639 b25-30.

(46) — Cf. *Fís.* II, 9, 200 a30-b34; *Part. Anim.* I, 1, 640 a2-3.

(47) — Cf. *Tim.*, 48a. Mas, também no *Timeu*, a Inteligência domina a Necessidade, persuadindo-a a conduzir a maior Parte das coisas no sentido melhor (cf., *ibidem*). É impossível deixar de reconhecer que essa passagem contém, em germe a doutrina aristotélica do *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*.

(48) — Cf. *Céu* I, 9 (todo o capítulo).

(49) — Cf., *ibid.*, 279 a25-28.

(50) — Cf., *ibid.*, I 28-30.

(51) — Cf. *Ger. e Per.* II, 10 (o capítulo todo), part. 336 b31 seg. 11 (o capítulo todo), part. 338 a14 seg.; cf., também, I, 3 317 b33 seg.; *Céu* II, 3 (o capítulo todo); *Seg. Anal.* II, 12, 95 b38 seg.

(52) — Cf. *Ger. e Per.* II, 11, 338 b5 seg.

soz naturais, mas não lhe é dado impedir que se passem as coisas, senão sempre, ao menos *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*, da mesma maneira.

Se tais são a natureza e o sentido do *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* aristotélico, se êle é o substituto do necessário, para o mundo sublunar, exprimindo a manifestação da forma e da essência, numa regularidade que procede da ordem imutável, necessária e eterna do Céu, não é difícil reconhecer que, ao propor essa outra noção, não renunciou Aristóteles à sua concepção de ciência, que os Analíticos descrevem. Matizou-a tão somente (53), ao precisar qual a natureza do conhecimento ajustado à expressão de causalidade operante numa natureza em devir. Trata-se, por certo, de uma degradação da necessidade científica, segundo uma forma de conhecimento **que lhe é, entretanto, plenamente assimilável**, correspondente a uma degradação objetiva da necessidade ontológica, que com esta, porém, permanece indissolúvelmente solidária. Amolda-se o conhecimento à natureza do objetivo, nem poderíamos conceber, no aristotelismo, que as coisas pudessem passar-se de outra maneira. Como nos diz a *Ética Nicomaquéia* — e na *ῥῆσις* do homem, mais ainda que no devir físico, está ausente a necessidade absoluta, — devemos contentar-nos, se falamos de coisas apenas **freqüentes** e partimos de premissas **freqüentes**, com ter, somente, conclusões dessa mesma natureza (54). “Pois é próprio do homem cultivado buscar a a exatidão, em cada género, tanto quanto a natureza da coisa o admite” (55). Não falaremos, então, em incorrecção ou obscuridade e, ainda menos em contradição, a propósito da doutrina aristotélica do freqüente, nem estranharemos a noção ou a acharemos particulamente curiosa, compreendendo as razões de haver uma ciência do freqüente e por que podem os Analíticos apenas mencioná-la, centrando, embora, seu estudo na análise do conhecimento necessário: é que o *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* guarda vínculos bem definidos com a esfera da necessidade. Aparece-nos, também, claramente, como se poderá dizer científica a apreensão do *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*, ao mesmo tempo que se recusa cientificidade ao conhecimento do mero *κατὰ παντός*: é que se aprende, num caso, o que pertence segundo a forma e a natureza, ainda que não sempre, enquanto, no outro, a atribuição à totalidade não se explica nem causalmente se conhece. E, de modo que poderia parecer, à primeira vista, paradoxal, com a noção de “freqüente”, mais uma vez, patenteia-se o primado da compre-

(54) — Cf. *Ét. Nic. I, 3, 1094 b21-22.*

(55) — *Ibid.*, 1. 23-25.

ensão sobre a extensão (56), lá mesmo onde alguns pretendiam, precipitadamente, descobrir algo como um certo triunfo, no pensamento aristotélico, de uma concepção "extensivista" da ciência (57). Mas "não se pronunciam corretamente, nem indicam a necessidade do porquê", diz-nos Aristóteles (58), "aqueles que, dizem que "as coisas se produzem sempre assim" e estimam que esse é, nelas, o princípio", como se a simples descrição da ocorrência de sempre pudesse fazer as vezes de explicação científica.

É óbvio, por outro lado, que, assim como mesmo as coisas necessárias e universais podem ser, eventualmente, objeto de simples opinião e não, de ciência, se não se apreende, ao apreendê-las, a sua necessidade própria (59), também o freqüente dir-se-à apreendido por mera opinião se não se o conhece segundo a forma e a partir das reais determinações causais que o produzem. E, sobre um tal freqüente, construirá a retórica os seus entimemes (60) e a dialética, os seus silogismos. Como ocorre no domínio da universalidade, não se confundirá a freqüência, segundo o número, com a freqüência, segundo a essência e a forma. E muitos textos de Aristóteles poderão, por certo, citar-se, em que o *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* assim se emprega, em sentido frouxo (61).

Por fim, permitamo-nos estabelecer que se não deve, em momento algum, confundir o *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* com certos fatos que invariavelmente se repetem segundo uma lei rigorosa e eterna, em repetindo-se circunstâncias determinadas, os quais designa Aristóteles como *πλλάκις διαμενα* (lit.: que se produzem muitas vezes), num texto particularmente famoso dos Segundos Analíticos (62), cuja má interpretação tem sido, a nosso ver, causa de reais contra-sensos sobre a doutrina do **freqüente**, em Aristóteles (63). Nêle, diz-nos o filósofo: "Quanto às demonstrações

(56) — Cf., acima, p. 93.

(57) — É o caso, por exemplo, de Hamelin (cf. *Le système d'Aristote*, p. 126) e, sobretudo, de Le Blond (cf. *Logique et Méthode* ..., p. 79), que vê manifestar-se na noção de *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ* "l'importance de la répétition, de l'universalité au sens précis du mot, *κατὰ πάντως*, dans l'objet de la science".

(58) — *Ger. Anim.* II, 6, 742 b17-20. A seqüência do texto mostra ser Demócrito quem Aristóteles, aqui, particularmente, visa.

(59) — Cf., acima p. 6, n.º 36 a 39.

(60) — Cf., acima, p. 114 e n.º 190 e 191. Como nos diz Prim. *Anal.* II, 27, 70 a3-4: "o provável (*εἰκότως*) é uma pressa aceita (*ἐνδοθεὶς*)"; sobre a noção de *ἐνδοθεὶς*, v., acima, cap. II, n. 5.

(61) — Como, por exemplo, em *Tóp.* II, 6, 112 b11-12; *Pol.* IV, 4, 1291 b9-10; *Ret.* II 5, 1382 b5-6; 19, 1392 b22-33; etc.

(62) — Cf. *Seg. Anal.* I, 8, 75 b33-36. Cf., também, I, 31, 88 a3.

(63) — Assim é que Régis afirma (cf. *L'opinion selon Aristotele*, p. 104, n.3: "*Le πλλάκις* est ici synonyme de *ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ*, car de même que ce

e conhecimentos científicos dos fatos que se produzem muitas vèzes, como os do eclipse da lua, é evidente que, enquanto o são (subent.: enquanto são demonstração e conhecimentos) de um tal evento ( τοιοῦθ' εἶσιν ) (64), são como no caso do eclipse, assim, também, nos outros casos". Ora, é patente que se não trata de um fato que ocorra "na maior parte das vèzes": se o eclipse da lua se repete de quando em vez, é, por certo, bem pouco freqüente a interposição da terra que priva de luz a lua, se se compara com tôda a duração do tempo em que tal evento não ocorre. Por outro lado, na mesma medida em que a noção de "freqüente" designa, como sabemos (65), uma necessidade falha e impedida, que permite o surgimento do acidente, graças à deficiência do concurso da causalidade material, é absolutamente manifesto que um tal πλλάκις γινόμενον não pode dizer-se um ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ: pois, dada a interposição da terra, é indispensável que o eclipse se não produza ou que se produza, tão somente, no — mais das vèzes; a interposição da terra, por sua vez, produz-se muitas vèzes (πλλάκις), consóante a ordem e o movimento — circular do Céu.

Basta, porém, para que a leitura do texto se aclare, — que recordemos ter Aristóteles distinguindo (66) dentre os atributos "por si", aquêles que, necessariamente pertencendo a seus sujeitos, pertencem-lhes unicamente, em determinadas circunstâncias de lugar e tempo. Ora, não somente o eclipse como todos os eventos, em geral, que resultam das múltiplas interferências das órbitas celestes e das relações temporárias e localizadas

dernier indique l'existence — d'une nature, de même le πλλάκις". Também S. Mansion (cf. Le jugement d'existence ..., pp. 91-92, 120-123), embora critique a interpretação que Régis propõe do ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ aristotélico, entende a repetição constante de um evento, exemplificada pelo eclipse, como uma das significações de ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ. E Le Blond, comentando um outro texto dos Segundos Analíticos, em — que o exemplo do eclipse reaparece (cf. Seg. Anal. I, 31, 87 b39 seg.) e onde usa Aristóteles, analogamente, a expressão πλλάκις συμβαίνον, julga, igualmente, tratar-se de um caso de ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ, o que o leva a achar o texto embaraçante... e a explicá-lo com alguma confusão (cf. Logique et Méthode..., pp. 81-82 e n. 1 a p. 82; acima, n. 157 deste capítulo).

- (64) — Lendo, com Ross, Waitz e alguns códices, contra Bekker, Mure, Tricot e outros códices, em Seg. Anal. I, 8, 75 b34: τοιοῦθ' εἶσιν e não, τοιοῦθ' εἶδιν. Com efeito, como se haveria de interpretar a afirmação de que "quanto às demonstrações e conhecimentos científicos — dos fatos que se produzem muitas vèzes, como os do eclipse da lua, é evidente que, enquanto são tais (τοιοῦθ' εἶδιν), são eternos; mas, enquanto não são eternos, são particulares", sem entendê-la como o reconhecimento de uma certa primazia do conhecimento sobre o objeto conhecido? Os conhecimentos científicos tirariam sua eternidade de sua mesma natureza de conhecimentos científicos, malgrado não serem eternos seus objetos: O que no aristotelismo, é, obviamente, absurdo.

(65) — Cf., acima, pp. 116-118.

(66) — Em Met. Δ, 30, 1025 a21 seg., cof., acima, p. 90 e n.53.

que, entre os corpos celestes, necessariamente, então, se estabelecem, constituem outros tantos exemplos desses "por si" que o movimento eterno do Céu faz, cíclicamente, repetir-se, segundo uma necessidade rigorosa. O conhecimento causal de sua produção se dirá, por isso mesmo, ciência e ciência eterna e universal (67), ainda que um tal conhecimento, na medida em que não concerne às propriedades permanentes de um ser, mas a propriedades relativas e possuídas em circunstâncias particularmente determinadas, não se diga, sob esse prisma, universal e eterno, mas, sim, particular (68).

Assim dirimidas as dúvidas sobre a noção de "frequente" e afastado o temor de, eventualmente, depararmos com uma contradição ou inconsistência na doutrina aristotélica da ciência,

(67) — Não esqueçamos, aliás, que Aristóteles se serviu do mesmo exemplo da repetição do eclipse para mostrar-nos como se poderia, da percepção repetida, passar ao universal, cf. Seg. Anal. I, 31, 47 b39 seg.; acima, p. 105 e n. 156 a 159.

(68) — O que a nenhum momento significa, porém, obviamente — que o filósofo assimile o conhecimento de tais eventos ao quarto sentido de "por si" que, acima, o vimos distinguir (cf. pp. 85, 88-92), designando uma relação causal e circunstancialmente necessária que une dois eventos, subordinando um ao outro: é que, nesse caso, trata-se do mero fruto de uma causalidade accidental e fortuita, portanto, contingente. — Por outro lado, podem, a nosso ver, assimilar-se a essa espécie particular de "por si" de que nos ocupamos, conexões entre fatos como aquelas a que se refere o filósofo no texto, à primeira vista razoavelmente difícil e que tem sido diversamente comentado, de Met. E, 2, 1027 a20 seg. Nêle, tendo estabelecido que a ciência não se ocupa do acidente mas, somente, do necessário e do frequente e exemplificamos este último com o fato de ser útil o hidromel, na maior parte das vezes, a quem se encontra em estado febril. — continua Aristóteles: "na lua nova" também é sempre ou na maior parte das vezes mas o acidente isso, quando não ocorre a coisa, por exemplo: "na lua nova"; com efeito, "na lua nova" também é sempre ou na maior parte das vezes mas o acidente é o que constitui exceção a esses casos" (l. 24-25). Julgamos inaceitável a interpretação proposta por Ross (cf. nota ad I. 25), para essa passagem, que ele particularmente valoriza: "for it is perhaps the only place in which Aristotle implies the view that there is nothing which is objectively accidental. There are events which present themselves as accidents. I. e., as unintelligible exception, but if we knew more about them we should know that they obey laws of their own. Elsewhere Aristotle speaks as if there were events which are sheer exceptions and below the level of knowledge; here he admits that they are merely beyond our present knowledge". Ora, nada, na passagem em questão, nos sugere que tenha Aristóteles proposto, como pretende Ross, uma outra concepção de acidente que não a que sempre encontramos ao longo de sua obra, recusando a noção de accidentalidade objetiva e reduzindo o chamado acidente a uma deficiência de nossos conhecimentos; o que nos explica o filósofo, em nosso texto é que porque não há ciência do acidente, não pode ela determinar e conhecer uma como "Tei da accidentalidade", segundo a qual se produziriam os acidentes que contrariam o frequente: se acaso pudéssemos conhecer uma ordem ou lei conforme a qual eventos regulares e frequentes deixam de verificar-se, não estaríamos, realmente, em face de acidentes, mas de eventos necessária ou frequentemente produzidos, em circunstâncias determinadas, em virtude da interferência regular de uma nova causalidade (no caso em questão, uma fase da lua). O acidente propriamente dito é um "possível" indeterminado (cf. Prim. Anal. I 13. 32 b10-13; cf., acima, p. 116 e n. 206), cuja causalidade também é accidental. (cf. Met. E, 2, 1027 a7-8).

podemos, agora, tendo aprofundado o conhecimento da coisa demonstrada e de suas características, empreender, como prometemos, a prova de que não são outras as propriedades das premissas da demonstração (69). Uma vez estabelecido esse ponto, estaremos, finalmente, em condições de provar a existência necessária de princípios indemonstráveis para a demonstração científica.

Oswaldo Porchat de Assis Pereira

---

(69) — Cf., acima, p. 81.